

Banqueiros avisam que não vão dar dinheiro novo a devedores

Manoel Francisco Brito
Correspondente

WASHINGTON — A apenas uma semana do início da reunião semestral do Fundo Monetário — que atrairá à capital americana ministros da economia de todo o mundo —, os banqueiros privados começaram a entoar sua habitual cantilena contra os países devedores, os governos credores e o estado da economia mundial. Continuarão, por exemplo, a pressionar as instituições financeiras multilaterais a não darem qualquer tipo de financiamento a países que estejam atrasados no serviço de sua dívida, situação na qual se inclui o Brasil.

Vão também manter-se combativos em relação a qualquer incentivo, ou encorajamento, por parte de governos credores, para que perdoem dívidas contraias por países que, neste instante, desfrutam de carinho especial em capitais como Washington, Berlim, Londres e Paris — como é o caso da Polônia. Ambos os pontos constam da já tradicional carta que, a cada seis meses, o Instituto Internacional de Finanças (IIF) — organismo financiado por 170 bancos e cuja função é fazer lobby junto a governos — envia aos ministros econômicos de países industrializados antes das reuniões do Fundo.

Desta feita, a novidade da carta está na admissão, pelo seu signatário, Horst Schulmann, diretor do IFF, de que os bancos credores não vão de modo algum

financiar o equilíbrio da balança de pagamentos de países em desenvolvimento. Embora os bancos, como regra geral, não façam isso há quase uma década, eles nunca afirmaram essa posição de modo absolutamente explícito — para não roubar seu antigo argumento de que países em dia com seus débitos sempre conseguirão dinheiro novo.

Na entrevista coletiva em que foi apresentada a carta, surgiu também uma outra novidade. Embora não seja explicitamente mencionado na missiva aos ministros do Grupo dos Sete (G-7), o Brasil teve lugar de destaque nas declarações de Schulmann, por quem se descobriu que os banqueiros privados, ao contrário do que afirmaram, detestaram o recente acordo assinado com o governo brasileiro para o pagamento dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados acumulados nos últimos dois anos pelo país. “Não deve ser surpresa para ninguém que bancos de todo o mundo estão desapontados sobre o status de suas negociações com o Brasil”, suspirou Schulmann.

Chamando atenção para o fato de o acordo ser preliminar, Schulmann disse que ele ainda precisa ser aprovado por 95% dos bancos credores do país e não escondeu sua decepção com o que foi arranjado entre os negociadores: “Não há acordo sobre o pagamento de juros daqui para a frente. O Brasil pagou apenas 30% dos juros que venciam no primeiro trimestre deste ano e disse que não

vai desembolsar nada além disso no segundo trimestre. Não existe nada de concreto sobre o que acontecerá a partir daí”.

Perguntado porque os bancos assinaram um acordo de que não gostaram, Schulmann preferiu não responder. Além do Brasil, o outro país que mais admoestações ganhou na entrevista do diretor do IFF foi a Polônia. Schulmann estava irritado com o perdão oficial da dívida polonesa e a pressão que os governos industrializados vêm fazendo sobre os bancos internacionais para que sigam seu exemplo em relação à Polónia, e perdoem parte dos débitos comerciais de Varsóvia.

“Bancos não existem para fornecer auxílio a países”, afirmou Schulmann. “E governos não devem pressionar banqueiros a reduzirem dívidas seguindo o exemplo do setor público”. Segundo o diretor do IIF, este tipo de atitude apenas dificulta ao país alvo do perdão conseguir novos financiamentos no futuro. “E desestabiliza a ordem financeira internacional”, sentencia o banqueiro.

“A decisão do Clube de Paris de perdoar boa parte da dívida oficial da Polónia, força outras nações devedoras a pedirem tratamento semelhante e isto pode causar caos”, diz Schulmann. “O que vai resolver o problema destes países não é o perdão, mas o respeito às regras financeiras internacionais e a execução de reformas econômicas”.